

POSITIVO

CCDR põe travão na Cidade Lacustre de Vilamoura

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) do Algarve determinou a suspensão do procedimento de avaliação de impacto ambiental (AIA) do loteamento da Cidade Lacustre de Vilamoura por um período máximo de seis meses. O objetivo é levar a que o promotor equacione a modificação do projeto, que também já sofreu forte contestação popular, para evitar ou reduzir os diferentes efeitos negativos no ambiente suscitados no parecer da Comissão de Avaliação do estudo de impacto ambiental (EIA). Na base da decisão, segundo nota

da CCDR a que o «barlavento» teve acesso, encontram-se «importantes lacunas de fundamentação e impactes negativos identificados em diferentes fatores ambientais tais como o Património Cultural Arqueológico, a Paisagem, a Biodiversidade, o Território, a Socioeconomia, a Geotecnia ou as Alterações Climáticas». Entre outros aspetos apontados, o projeto «não demonstra a sua adequação face a riscos naturais identificados no *Estudo de Avaliação da Subida do Nível Médio do Mar e Sobrelevação da Maré em Eventos Extremos de Galgamento e Inundação Costeira*

do Município de Loulé», um estudo promovido pela Câmara Municipal de Loulé da responsabilidade técnica de uma equipa de peritos da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa e do Instituto Dom Luiz. A área objeto do projeto de loteamento da Cidade Lacustre de Vilamoura consta no referido estudo como «uma das mais vulneráveis do litoral do concelho de Loulé face à previsível subida do nível médio das águas do mar e probabilidade de exposição a futuras inundações costeiras». Na decisão emitida foram consideradas 49 participações que existi-

ram no período da Consulta Pública, entre as quais as posições de grupos de cidadãos e Organizações Não Governamentais de ambiente, através do Portal Participa, e 46 recebidas pela CCDR no endereço eletrónico disponibilizado para o efeito. A natureza e o conteúdo dos elementos que resultarem da reponderação do projeto por parte do promotor poderão dar lugar a uma nova consulta pública e a uma nova avaliação por parte da Comissão de Avaliação do EIA, previamente à decisão final a consubstanciar numa Declaração de Impacte Ambiental.



NEGATIVO

PSP apanha assaltante de estabelecimentos

A Divisão Policial de Portimão, através da sua Esquadra de Investigação Criminal, procedeu à detenção fora de flagrante delito, na noite de 25 de setembro, de um indivíduo português de 27 anos de idade, desempregado e toxicod dependente, que vinha sendo responsável pela prática de diferentes furtos em estabe-

lecimentos de Portimão. O indivíduo atuava, na maioria dos casos, sozinho, e tinha por hábito, durante a madrugada, recorrer ao arrombamento de portas e janelas para se introduzir no interior dos estabelecimentos, onde acabava por subtrair essencialmente dinheiro e valores facilmente trocados por droga. O mes-

mo indivíduo já havia sido detido em flagrante delito pela mesma prática criminal em maio, ficando na altura sujeito à medida de coação de apresentações diárias. Agora, após ser ouvido em primeiro interrogatório judicial, foi-lhe imposta a prisão preventiva. Com esta ação, a Polícia de Segurança de Pública julga

ter colocado «um ponto final num foco criminal que vinha gerando alguma insegurança e intranquilidade entre comerciantes da cidade», reiterando «a necessidade deste tipo de ocorrências serem sempre comunicadas à PSP de forma a serem desenvolvidas as respetivas diligências investigatórias».

ANTÓNIO MIGUEL PINA

Presidente da Câmara Municipal de Olhão



Foi publicado na quinta-feira, 27 de setembro, em Diário da República, o Plano de Pormenor Noroeste de Olhão (PPNO), que estabelece o regime de uso, ocupação e transformação do solo, numa área de intervenção de 20,62 hectares, na zona da Quinta João de Ourém. O documento, válido por 10 anos, pretende promover a requalificação territorial e ambiental daquela área caracterizada por vários loteamentos dispersos, e de acordo com a autarquia, vem resolver os problemas de cerca de 400 famílias ali residentes. O PPNO é delimitado a norte por área agrícola, a sul pela Rua da Comunidade Lusitana, a poente por uma linha de água junto ao Campo Municipal de Olhão e a nascente pelo Bairro Lopes.

FRANCISCO AMARAL

Presidente da Câmara Municipal de Castro Marim



Todos os anos o município de Castro Marim assinala e valoriza a decisão de deixar de fumar. Na quinta-feira, 26 de setembro, Dia Europeu do Ex-Fumador, foi inaugurada a escultura «Eco-pulmão», da autoria do artista local Carlos Correia. Com mais de 1,50m e construída em ferro, é explícita em relação aos malefícios do tabaco no organismo e promove, em simultâneo, uma mensagem de preocupação ambiental, estimulando a deposição de beatas nos «pulmões» da figura. O programa municipal de cessão tabágica tem hoje 437 aderentes e uma taxa de sucesso de 85 por cento.

ROGÉRIO BACALHAU

Presidente da Câmara Municipal de Faro



Vão iniciar atividade, na segunda-feira, dia 7 de outubro, as três salas dedicadas ao ensino pré-escolar, recém-construídas no recinto da EB1 do Bom João, em Faro, com capacidade para 75 alunos. Espera-se que a obra, que resulta de um investimento municipal superior a 300 mil euros, tenha um grande impacto no projeto educativo do concelho, pois permitirá alargar a oferta no ensino pré-escolar público, dando seguimento à recente criação de salas na Lejana, EB1/JI de Estoi, Penha e Areal Gordo.

VÍTOR GUERREIRO

Presidente da Câmara Municipal de S.B. de Alportel



O novo terminal rodoviário «Circular» foi adjudicado a 26 de setembro. A infraestrutura será construída junto à Circular Norte da vila. Terá três pistas de embarque, estacionamento para sete autocarros e estacionamento para 27 viaturas ligeiras; um edifício de apoio com sala de espera, bilheteira, sanitários, arranjos exteriores e iluminação pública. Foi entregue ao consórcio de empresas composto por José de Sousa Barra & Filhos, Lda, e Rolear On-Soluções de Engenharia SA, por 494163,45 euros (IVA incluído). O prazo é de 365 dias, após a obtenção do visto do Tribunal de Contas. Projeto é cofinanciado pelo Plano Para a Ação e Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS).